

Gestão compartilhada gera questionamentos dos vereadores sobre qualidade de ensino

A possibilidade de a Secretaria de Educação conveniar todas as 12 creches públicas de Arujá gerou dúvidas e questionamentos dos vereadores em relação à manutenção da qualidade de ensino na rede municipal.

Em audiência pública realizada na quinta-feira (18.10) na Câmara Municipal os parlamentares explanaram suas opiniões e críticas em relação ao novo modelo de gestão e à sua eficácia. Alguns deram como exemplo (negativo) o serviço prestado pelas organizações sociais na área da saúde.

O vereador Rafael Santos Laranjeira (PSB) voltou a enfatizar a sua posição contrária ao que ele caracterizada como terceirização das creches. Segundo ele, dificilmente será possível obter o mesmo atendimento pagando menos por criança matriculada. “Hoje o custo da criança na creche municipal é de R\$ 1,1 mil; na Acalanto, que é conveniada, R\$ 440, e em outros municípios, onde há conveniada entre R\$ 230 e 240. Como garantir qualidade com esta redução”, perguntou.

Aplaudido, Laranjeira cobrou a presença do prefeito José Luiz Monteiro (MDB) na audiência. “Quem decide, mas uma vez não está presente para debater”.

A chamada gestão compartilhada das creches municipais está sendo proposta pela Prefeitura como forma de reduzir o custo com a folha de pagamento da Secretaria de Educação que, segundo cálculos da administração municipal, está chegando ao

limite do permitido pela Lei.

Professora da rede municipal em Arujá, a vereadora Cristiane Araújo Pedro (PSD), a *Cris do Barreto*, fez uma série de perguntas sobre a legalidade dos procedimentos que serão adotados em relação aos educadores no caso da implementação da medida. A ideia é remanejar os funcionários concursados e que atuam nas creches para unidades do ensino fundamental.

A secretária de Educação, Priscila Silva Rosa Sidorco, afirmou que a reorganização do pessoal está prevista na legislação vigente. *Cris do Barreto* também indagou a gestora sobre a qualidade dos serviços que serão prestados e a inclusão das Agentes de Desenvolvimento Infantil (Adi's) no Plano de Carreira.

Mais cético, o vereador Edval Barbosa Paz (PSDB), o *Profº Edval*, disse não acreditar que a gestão compartilhada resolverá o problema e sugeriu que houvesse mais debate sobre o assunto. “Não funcionou em Jacareí, não funcionou em Guarulhos e não funcionará em Arujá. Precisamos conversar e achar um ponto sobre como resolver essa situação”, ponderou. Foi ovacionado.

Renato Bispo Caroba (PT) expressou sua preocupação com a fiscalização das conveniadas. “Quais são as ferramentas que a Secretaria dispõe hoje para controlar a qualidade do serviço”, questionou. Segundo ele, a “gestão compartilhada” é sim uma terceirização. Ele também levantou dúvidas sobre as dificuldades financeiras da Prefeitura. “O orçamento aqui é subestimado. Tanto que aprovamos somente esse ano mais de R\$ 20 milhões em crédito suplementar”, lembrou.

Outro que colocou sob suspeita os dados da Secretaria de Educação foi o vereador Sebastião Vieira de Lira (PSDC), o *Paraíba Car*. Ele acredita que o número de crianças fora da escola é maior que o divulgado. “Quando não há vaga, não há procura”, justificou. O parlamentar criticou a abertura de

vagas em período parcial e as condições precárias das unidades escolares. “Estão sucateadas, faltam professores e estagiários”. Sobre a gestão compartilhada sugeriu a possibilidade de a Secretaria implementar um plano piloto, antes de aplicar a medida em toda a rede.

“Ninguém é contra a Educação aqui, mas temos de ter responsabilidade”, enfatizou o vereador Edvaldo de Oliveira Paula (PSC), o *Castelo Alemão*. Favorável à gestão compartilhada, salientou a necessidade de ampliar o acesso à creche, sem comprometer o orçamento. “O aumento do custo da folha de pagamento está na contramão da arrecadação, que está em queda. Por isso, temos de ter cuidado para o município não entrar em colapso”, pontuou.

Após sua fala na Tribuna, Castelo se envolveu em um bate-boca com um munícipe em Plenário. Os ânimos ficaram exaltados, mas a situação foi contornada, possibilitando a continuidade da audiência pública.

Reynaldo Gregório Junior (PTB), o *Reynaldinho*, defendeu escola em período integral e a participação dos professores, vereadores e pais em todas as ações da Secretaria de Educação. “Quero propor que se faça um reestudo para verificar a real possibilidade de atendermos às necessidades e se teremos recursos para isso.”

“Temos de nos preocupar com as crianças. Estou percebendo que há apenas um interesse dos funcionários”, criticou Edimar do Rosário (PRB), o *Pastor Edimar de Jesus*. Ele questionou a secretária sobre o projeto pedagógico das creches. “As mães estão preocupadas com o método de ensino”.

Para Ana Cristina Poli (PR), a qualidade da educação precisa ser prioridade.

Comissão

Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Assistência

Social, o vereador Rogério Gonçalves Pereira (PSD), o *Rogério da Padaria*, propôs a formação de uma Comissão para discutir em reunião com o prefeito José Luiz e a secretária Priscila Sidorco a implementação ou não da gestão compartilhada.

Ele se comprometeu a agendar o encontro e solicitou que o grupo fosse formado por pais, professores e funcionários de apoio das creches. “Formem uma comissão para conversarmos com o prefeito e a secretária, pois não há nada decidido”, garantiu.

Câmara Municipal de Arujá

Assessoria de Comunicação

www.camaraaruja.sp.gov.br

imprensa.camaraaruja@gmail.com

(11) 4652-7015

Silmara Helena

Fotos: Imprensa/CMA

19/10/2018

Sob protesto de pais e educadores, Secretaria reforça necessidade de gestão compartilhada de creches

Mesmo sob protesto de pais e educadores, a secretária de Educação de Arujá, Priscila da Silva Rosa Sidorco, reafirmou em [audiência pública realizada na quinta-feira \(18/10\) na Câmara Municipal](#) que a proposta de gestão compartilhada das creches municipais é a única saída, a curto prazo, para estancar o aumento das despesas com a folha de pagamento da pasta.



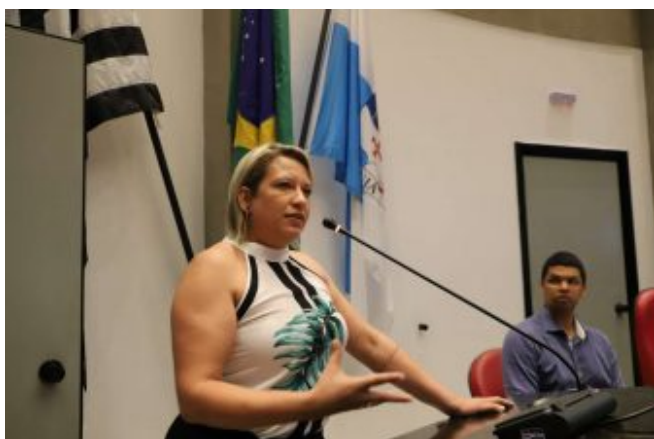
Com Casa cheia, Legislativo realiza audiência para discutir terceirização das creches.
Foto: Imprensa/CMA

“Da forma como está não dá para ficar. Precisamos propor uma medida para mudar. A cidade de Americana está demitindo funcionário público. Não vamos deixar Arujá chegar a esse ponto”, afirmou Priscila.

Ela negou que haja terceirização – “não estamos entregando para terceiros cuidar, pois a gestão será compartilhada” – e disse que o problema na rede não se resume à questão orçamentária. “Temos defasagem de profissionais e um número de crianças na creche perto do que temos fora. Não queremos apenas ampliar o número de vagas para atender às exigências do Ministério Público, mas instituir uma nova política educacional”, pontuou.

A proposta da Prefeitura, já implementada em outros municípios, consiste basicamente em conveniar organizações sociais para gerenciar os serviços de creche. A escolha das entidades é feita por meio de chamamento público, conforme determina a Lei Federal nº 13019/14. As entidades deverão atender a critérios estabelecidos em Edital.

Os profissionais que atuarão nas conveniadas serão escolhidos por meio de processo seletivo e análise de currículos. As equipes deverão ser formadas obedecendo a quantidade e a qualificação estabelecidas pela Lei do Módulo.



Secretária de Educação Priscila Sidorco

A Prefeitura manterá o fornecimento de alimentação escolar, uniforme e material aos alunos. “A supervisão pedagógica, assim como o controle da lista de espera, também ficará sob responsabilidade da Secretaria de Educação”, garantiu

Priscila.

Servidores concursados e que atualmente trabalham nas creches serão realocados para escolas do ensino fundamental. Dessa forma, a secretaria espera resolver o problema de falta de professores eventuais, por exemplo.

Se implementado o novo sistema, o custo com a manutenção das creches – incluindo pessoal – cairá, de acordo com os cálculos da Secretaria, dos atuais R\$ 24 milhões para R\$ 9 milhões/ano. “85% deste valor é gasto com pessoal”, salientou.

Também há expectativa de redução da fila de espera com abertura de mais 300 vagas. “Hoje tenho possibilidade de ampliar o atendimento, no entanto, não tenho profissional”, disse a secretária ao revelar que entrará 2019 com déficit de 93 servidores.

O valor repassado às conveniadas ainda incluirá o custo de manutenção dos prédios públicos.



Público questionou secretária e permaneceu na Casa até final de audiência. Foto: Imprensa/CMA

Apesar de destacar as inúmeras vantagens da mudança, a secretária admitiu que haverá diferenças do valor da remuneração dos profissionais concursados e os terceirizados – que possivelmente terão uma queda em seus rendimentos.

Atualmente, um docente da rede municipal recebe salário base de R\$ 3.800. Na conveniada poderá receber R\$ 2.400 – o piso da categoria.

Sem consenso

O presidente do Sindicato dos Serviços Públicos de Arujá e Região (Sindismar) Miguel Ângelo Latini afirmou que a entidade é contrária à terceirização e, mesmo tendo discutido a proposta com a Secretaria de Educação, não chegou a um consenso. Ele rebateu os argumentos em relação à falta de recursos orçamentários e afirmou: “Os gastos com pessoal não chegam a 48% e há margem para crescimento. Tanto é que iremos reivindicar aumento para os servidores. O que precisamos é melhorar a arrecadação do município”, afirmou.

Para o Sindicato, a alternativa defendida pela Prefeitura afeta de forma negativa funcionários e usuários da rede. “A terceirização precariza a mão-de-obra. Qual pai vai querer colocar o filho em uma conveniada cujo custo por criança chega a R\$ 240? Além disso, a própria secretária afirmou que se não der certo voltará atrás. Querem fazer nossas crianças de cobaia”, destacou.

Miguel adiantou que o Departamento Jurídico do Sindicato prepara ação para contestar a decisão da Secretaria de remanejar os profissionais. “Vamos garantir que os educadores sejam mantidos em seus atuais locais de trabalho”.

Casa cheia

O público lotou as dependências do Plenário Vereador João Godoy. Vaias, aplausos e gritos interrompiam constantemente a fala de vereadores e representantes da Prefeitura. Por várias vezes, o vereador Rogério Gonçalves Pereira (PSD), o Rogério da Padaria, pediu às pessoas que mantivessem silêncio e respeitassem as falas.

A situação mais tensa ocorreu entre o vereador Edvaldo de

Oliveira Paula (PSC), o Castelo Alemão, e um munícipe. Houve bate-boca e um tumulto se iniciou nas galerias. Tudo foi controlado e o debate foi retomado.

Os vereadores Cristiane Araújo Pedro (PSD), a *Profª Cris do Barreto*, Rafael Santos Laranjeira (PSB), Renato Bispo Caroba (PT), Edimar do Rosário (PRB), o *Pastor Edimar de Jesus*, Sebastião Vieira de Lira (PSDC), o Paraíba Car, Reynaldo Gregório Junior (PTB), o *Reynaldinho*, Luiz Fernando Alves de Almeida (PSDB), e Abel Franco Larini (PR), o *Abelzinho*, presidente do Legislativo, além de secretários municipais e do diretor financeiro da Educação, Caio Araújo, também participaram da audiência.

A atividade durou cerca de duas horas e meia.

Câmara Municipal de Arujá

Assessoria de Comunicação

www.camaraaruja.sp.gov.br

imprensa.camaraaruja@gmail.com

(11) 4652-7015

Silmara Helena

Fotos: Imprensa/CMA

19/10/2018

Câmara sedia 2ª audiência pública sobre a revisão da Lei de Zoneamento

A Câmara de Arujá conduziu na quinta-feira (18/10) a 2ª audiência pública para discussão do Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 06/2018, de autoria do Poder Executivo, que trata da revisão da Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do município. O encontro foi conduzido pela presidente da Comissão de Obras, Serviços Públicos, Planejamento e Meio Ambiente da Casa, a vereadora Ana Cristina Poli (PR), que adiantou ter a expectativa de o projeto ser votado pelo Plenário até o final de novembro.



Luis Tabelião reforçou o questionamento sobre a aprovação da Lei de Zoneamento antes de a revisão do já defasado Plano Diretor. Foto: Imprensa/CMA

A legislação prevê uma revisão das Leis municipais nºs 393/1975, 1472/2000 e 1889/2006. Basicamente, o novo instrumento cita o Plano Diretor Municipal e atualiza as zonas de uso e ocupação, classificando-as, nomeando-as e descrevendo

as suas características básicas; estabelece que os imóveis na zona rural atenderão à legislação estadual e lista permissões municipais de uso; anexa quadros e plantas descrevendo e caracterizando o zoneamento municipal; estabelece critérios para implantação a partir do gabarito das edificações e para loteamentos e o parcelamento do solo, além de apresentar capítulos específicos para a edificação em área rural, para estacionamentos e as exigências e restrições ambientais.

Ainda participaram do encontro os parlamentares Gabriel dos Santos (PSD) e Reynaldo Gregório Junior (PTB), o Reynaldinho.

Consultoria

O encontro foi marcado pela apresentação do relatório final pelo engenheiro e arquiteto Luis Tabetião, representante da empresa Consigha, contratada pela Câmara para prestar assessoria aos vereadores sobre a Lei de Zoneamento. Como na 1ª Audiência Pública realizada pela Câmara de Arujá em 3/9, o especialista reforçou o questionamento sobre a aprovação da Lei de Zoneamento antes de a revisão do já defasado Plano Diretor ser encaminhada ao Legislativo.

No entanto, o secretário de Planejamento Juvenal Penteado disse que não há impedimentos legais à tramitação da Lei de Zoneamento antes da revisão do Plano Diretor. Ele reforçou ainda que o Plano Diretor já está sendo formulado, mas não mencionou prazo para envio à Câmara. O titular da pasta ainda disse que parte das sugestões de Tabetião podem ser formuladas em forma de emendas e acrescentadas pela Câmara ao projeto de Lei.

Apontamentos técnicos

A Consigha fez uma série de sugestões de adequação técnica do PL. Foram elas:

1) Macrozoneamento

Inclusão no PL 006/2018 do macrozoneamento como ferramenta técnica de ordenamento territorial. Apesar de ser esta uma premissa clara do Plano Diretor, não é mencionada no projeto enviado à Câmara.

2) **Leis distintas**

A “Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo” e a “Lei de Urbanização e de Parcelamento do Solo Urbano” são duas leis complementares distintas. No entanto, esta segunda tornou-se o capítulo 4 do PL. A consultoria sugeriu que fossem elaboradas leis distintas para as matérias.

3) **Perímetro urbano x rural**

O novo limite para o perímetro urbano não encontra equivalência em nenhum mapa do Plano Diretor, pontua a consultoria. Consta do relatório: “É ainda questionável o fato deste perímetro ser parcialmente definido por uma linha reta, apontando para a uma definição que não se pauta em elementos concretos” e conclui: “Caberá, visando contribuir para a aplicabilidade da lei, justificar este novo perímetro com base no contexto urbano atual e o pretendido, motivando ainda eventual revisão do Plano Diretor em busca da uniformidade dos instrumentos”.

4) **Sistemas viários**

A consultoria ainda recomendou a classificação e a hierarquização do sistema viário em função de suas características. A medida beneficiaria “significativamente com a elaboração de estudos focados na mobilidade urbana”.

5) **Participação popular**

As audiências públicas devem estar devidamente documentadas e oficializadas para assegurar que ocorreu com a efetiva participação e aprovação do PL.

6) **Validade**

Por fim, a consultoria questionou a pertinência da aprovação da Lei de Zoneamento, uma vez que o instrumento é um “braço” do Plano Diretor, que por sua vez carece de revisão. “No contexto apresentado é recomendável que o Plano Diretor seja revisado antes da efetiva aprovação da revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo”.

Vereadores



Gabriel aponta área do São Bento como de possível expansão industrial

Gabriel destacou a ausência de áreas que possibilitem a instalação de áreas residenciais viáveis para a população de classe média. Também pontuou demanda do grupo que representa os loteamentos residenciais privados do município no sentido de assegurar que neles não sejam desenvolvidas atividades comerciais. Também destacou que a altura de dois metros como limite definido para edificação de muros é um fator que comprometeria a segurança de empreendimentos industriais, o que aponta para a necessidade de uma revisão. Por fim, o parlamentar ressaltou as qualidades geográficas da localização de Arujá e defendeu uma maior flexibilização das restrições impostas pelo município, que seriam entraves ao desenvolvimento industrial, especialmente na região do São Bento. “É o único lugar que o município pode crescer fora das áreas de mananciais”, pontuou.



Reynaldinho defende mais atrativos à iniciativa privada

Reynaldinho também fez coro por melhores condições para a instalação de novos empreendimentos privados no município, o que segundo ele deve gerar empregos e atrair investimentos para a cidade. “Sou um defensor intransigente de nossas áreas de mananciais, mas temos que garantir um crescimento industrial condizente com nossa localização privilegiada”, disse o parlamentar.

Participação

Até o dia 23/10 a Câmara continua recebendo sugestões ou dúvidas quanto à legislação por meio do e-mail: zoneamento@camaraaruja.sp.gov.br.

Câmara Municipal de Arujá

Assessoria de Comunicação

www.camaraaruja.sp.gov.br

imprensa.camaraaruja@gmail.com

(11) 4652-7015

Fotos: Imprensa/CMA

Legislativo discutirá situação da Saúde em Arujá

O Legislativo arujaense realizará na próxima terça-feira (23/10), a partir das 18h, o 1º Fórum de Debates sobre Saúde Pública Municipal (Legislatura 2017-2020). A atividade ocorrerá no Plenário Vereador João Godoy e tem como objetivo promover uma ampla discussão sobre o setor envolvendo gestores, organizações não-governamentais, funcionários e a comunidade.

O Fórum de Debates, conforme determina o Decreto Legislativo [nº 229/17](#), de autoria da vereadora Ana Cristina Poli (PR), “constitui um ambiente de articulação, intervenção, troca de experiências e debate entre órgãos e entidades públicas e a sociedade civil, visando a construção de alternativas e metas que possibilitem a implantação de ações para a melhoria da saúde pública do município de Arujá”.

Segundo a vereadora Ana Cristina Poli (PR), o Fórum pretende elaborar diagnósticos e apresentar ideias que auxiliem na solução dos principais problemas enfrentados pela população ao buscar atendimento nas unidades de saúde da cidade.



Fórum é de iniciativa de Ana Poli. Arte: Imprensa/CMA

“O Fórum servirá para subsidiar a elaboração de propostas para este setor. Vamos discutir sobre a falta de medicamentos, formas de otimizar o transporte para pacientes, a criação do Centro de Especialidades Médicas, entre outros assuntos”, explicou.

Os vereadores Rogério Gonçalves Pereira (PSD), o *Rogério da Padaria*, e Renato Bispo Caroba (PT) vão compor com a presidente Ana Poli a comissão encarregada de organizar a atividade. Rogério é o atual presidente da Comissão Permanente de Saúde, Educação e Assistência Social da Casa, e atuará como relator. Caroba, relator da Comissão de Justiça e Redação da Casa, será Vice-Presidente.

Crise

O Fórum fará sua primeira reunião em meio a uma crise na gestão do serviço de saúde na cidade. O assunto tem sido pauta constante das Sessões Ordinária e foco de duras críticas dos vereadores, principalmente, diante da inoperância do [Instituto Inovação em Gestão Pública, organização social que ficou por sete meses responsável pela gestão da Maternidade Municipal Dalila Ferreira Barbosa e das unidades de Pronto Atendimento do Centro e do Barreto](#) e, a partir do dia 19/10 será

substituída pelo Instituto de Desenvolvimento de Gestão, Tecnologia e Pesquisa em Saúde e Assistência Social (IDGT).

A Inovação recebeu mais de R\$ 17 milhões no período em permaneceu como gestora dos equipamentos públicos de saúde. Funcionários alegam, no entanto, que a OS não pagou os salários dos funcionários e não oferecia condições para atendimento adequado dos pacientes. [A denúncia foi matéria em telejornal da região.](#)

A reunião do Fórum será transmitida ao vivo pelo canal oficial da Câmara no YouTube.

Câmara Municipal de Arujá

Assessoria de Comunicação

www.camaraaruja.sp.gov.br

imprensa.camaraaruja@gmail.com

(11) 4652-7015

Silmara Helena

Fotos: Imprensa/CMA

18/10/2018

Sete meses de Inovação: R\$ 17

milhões gastos e crise na Saúde

Protagonista de diversos episódios de ingerência na Saúde municipal de Arujá, o Instituto Inovação em Gestão Pública será oficialmente substituído por uma nova Organização Social (OS) nesta sexta-feira (19/10). A empresa assumiu o serviço em março deste ano, inicialmente por meio de um contrato emergencial – por três meses. No entanto, a vigência do acordo foi prorrogada totalizando sete meses de serviço neste outubro. De acordo com informações da Prefeitura fornecidas ao vereador Sebastião Vieira de Lira (PSDC), o *Paraíba Car*, a empresa havia recebido cerca de R\$ 17 milhões dos cofres municipais até o final de setembro.



Paraíba Car diz não ter medo de denunciar e faz duras críticas à situação da saúde no município. Foto: Imprensa/CMA

Nesse meio tempo, unidades administradas pela OS registraram

diversos problemas como o fechamento do Pronto Atendimento (PA) Central por falta de médicos, situação que ocorreu em duas ocasiões entre os meses de julho e setembro. O caos gerado por esses episódios motivou a exoneração do então secretário de Saúde Messias Covre. Em audiência pública realizada no mês passado, na Câmara, a substituta de Covre na pasta da Saúde, Carmen Pellegrino, ressaltou que a empresa ainda pode ser punida e que uma comissão em vigor vai apurar as responsabilidades.

No entanto, mesmo com a proximidade do desembarque da OS, a crise na área segue sendo alertada pelos vereadores. Nesta semana a imprensa local e regional repercutiu o atraso no pagamento dos funcionários da terceirizada. Paraíba Car já havia alertado para esta situação na Sessão de 10/10 e, mais uma vez, voltou a abordar o problema na Sessão de 17/10. Ele comparou as organizações sociais que administram unidades de saúde no País a organizações criminosas e comemorou a saída da empresa Inovação do município. “Nada vai me intimidar ou impedir de denunciar as mazelas de Arujá”, disse.

Rogério Gonçalves Pereira (PSD), o *Rogério da Padaria*, Rafael dos Santos Laranjeira (PSB) e Edimar do Rosário (PRB), o *Pastor Edimar de Jesus*, também criticaram a situação da saúde no município.

Câmara Municipal de Arujá

Assessoria de Comunicação

www.camaraaruja.sp.gov.br

imprensa.camaraaruja@gmail.com

(11) 4652-7015

Texto: Renan Xavier

Fotos: Imprensa/CMA

18/10/2018

Deputado recém-eleito visita a Câmara

Em visita ao Legislativo arujaense na última quarta-feira (17/10), o recém-eleito deputado federal Marco Bertaiolli (PSD) manifestou disposição em contribuir para o desenvolvimento da cidade. Ele foi recebido na sala da Presidência do Legislativo e falou aos parlamentares.

Dedicou agradecimentos especiais aos parlamentares que integram a legenda da Casa: Gabriel dos Santos, Rogério Gonçalves Pereira, o *Rogério da Padaria* e Cristiane Araújo Pedro, a *Profª Cris do Barreto*.

Câmara Municipal de Arujá

Assessoria de Comunicação

www.camaraaruja.sp.gov.br

imprensa.camaraaruja@gmail.com

(11) 4652-7015

Fotos: Imprensa/CMA

Agora é Lei: veículos de transporte escolar terão adesivo com número de telefone para denúncias

Agora é Lei. Veículos utilizados para o transporte escolar terão de afixar em local visível adesivos com o número do telefone do órgão responsável pela inspeção do serviço. O projeto ([nº 146/2018](#)) de autoria do vereador Edimar do Rosário (PRB), o *Pastor Edimar de Jesus*, foi sancionado pelo prefeito José Luiz Monteiro (MDB) e tornou-se a Lei Municipal nº 3067/18, em vigor desde o último dia 12/10, data de sua publicação.



O objetivo da Lei é melhorar a possibilidade de fiscalização do serviço, ampliando a segurança no transporte das crianças. “A ideia é inibir irregularidades, transformando cada cidadão em um fiscal”, explicou. A expectativa é que com a medida haja uma melhoria significativa da qualidade do serviço prestado.

No artigo 2º da Lei está especificado o tamanho do adesivo e o local de fixação. Ele deve possuir dimensões mínimas de 0,80cm por 0,50m e caracteres que garantam a perfeita visualização, sendo colado nas partes interna e externa do veículo. As despesas com o adesivo serão custeadas pelos proprietários dos carros.

Câmara Municipal de Arujá

Assessoria de Comunicação

www.camaraaruja.sp.gov.br

imprensa.camaraaruja@gmail.com

(11) 4652-7015

Texto: Silmara Helena

Fotos: Imprensa/CMA

18/10/2018

Prefeitura desenvolve projeto viário para construção de rotatória na avenida Londres

Em resposta ao requerimento [nº 1557/18](#), formulado pelo vereador Sebastião Vieira de Lira (PSDC), o *Paraíba Car*, a Prefeitura de Arujá informou que fará a construção de uma rotatória na avenida Mário Covas, nas proximidades da avenida Londres, a fim de permitir acesso mais adequado à Estrada Perfect Liberty (PL). A informação foi dada pelo secretário de Obras, Ciro Dói.

Segundo ele, a criação do sistema de retorno viabilizará tanto o acesso ao Centro Industrial quanto aos empreendimentos e ao cemitério localizados na PL. “Estamos desenvolvendo projeto viário no local e já incluímos a verba no orçamento de 2019 na

rubrica Pavimentação e Correlatos para execução do mesmo”, afirmou.

Ciro Dói afirmou também que a construção da rotatória depende da liberação de licenças ambientais e fez um alerta ao vereador: “Aproveitamos para cientificá-lo que devido aos custos elevados que serão gerados com esta obra, poderemos necessitar de recursos estaduais ou federais para complementar o orçamento”.

Reivindicação

Paraíba Car já havia sugerido a execução desta obra por meio da indicação [nº 1722/18](#). Na ocasião, ele alegou estar preocupado com o aumento do fluxo de veículos e dos acidentes registrados na região devido, principalmente, à intensa circulação de carros em direção ao cemitério da PL. “Venho por meio desta indicação reivindicar que seja construído uma rotatória na Mário Covas com o objetivo de atender reivindicação de motoristas que, circulam pelo local em dias de sepultamento, e não tem acesso para fazerem o retorno na via”, explicou. Desta vez, ele também anexou à propositura, um abaixo-assinado elaborado por moradores e comerciantes locais.

Câmara Municipal de Arujá

Assessoria de Comunicação

www.camaraaruja.sp.gov.br

imprensa.camaraaruja@gmail.com

(11) 4652-7015

Texto: Silmara Helena

17/10/2018

Centro do Idoso e estrada devem ganhar nova denominação

Dois Projetos de Lei de autoria do vereador Reynaldo Gregório Junior (PTB), o *Reynaldinho*, foram aprovados em 1ª discussão e votação durante a 73ª Sessão Ordinária (10/10) da Câmara de Arujá. Ambos dispõem sobre denominação: o Centro do Idoso do Parque Rodrigo Barreto ganha o nome de Centro do Idoso Inez Tosi Poli ([PL nº 145/2018](#)) e a via hoje conhecida como Estrada de Pirituba, iniciada na Estrada Fazenda Velha, passará a se chamar Rua Maria Rodrigues e Rodrigues ([PL nº 141/2018](#)).

No caso do Centro do Idoso, localizado na Rua Luiz Gonzaga Colângelo Nóbrega, a homenagem destina-se a Inez Tosi Poli, mãe de seis filhos, dentre os quais a vereadora Ana Cristina Poli (PR). Nascida na capital paulista, Inez e sua família adquiriram propriedade em Arujá onde criaram uma olaria, contribuindo para a geração de empregos e desenvolvimento do município.

Já Maria Rodrigues e Rodrigues, a homenageada com a nova intitulação da via hoje conhecida como Estrada de Pirituba, foi moradora histórica do local que agora batiza, na Fazenda Velha, tendo falecido em 2010. Na justificativa do projeto, Reynaldinho ressalta que a denominação da via abre caminho para o acesso a serviços básicos como, por exemplo, a abertura de conta em bancos, cartões, internet e cadastramento no SUS. “O nome da rua é o primeiro passo para ter um CEP”, disse o autor das proposituras.

Câmara Municipal de Arujá

Assessoria de Comunicação

www.camaraaruja.sp.gov.br

imprensa.camaraaruja@gmail.com

(11) 4652-7015

Texto: Renan Xavier

Fotos: Imprensa/CMA

05/10/2018

Após escalada de assaltos, Gabriel propõe ação conjunta de segurança no Primavera e Emília

Moradores do Recanto Primavera e Jardim Emília estão alarmados com o aumento nos casos de assalto a mão armada na região. Para compreender e propor soluções ao problema, o vereador Gabriel dos Santos (PSD) esteve no local, na última quinta-feira (11/10), acompanhado do alto comando da Guarda Civil Municipal (GCM) de Arujá e conversou com lideranças do bairro, munícipes e comerciantes sobre possíveis medidas para amenizar o drama.

Após a visita, o parlamentar concluiu que somente uma ação conjunta entre GCM e Polícia Militar, sob o comando estratégico da Secretaria de Segurança, poderá reduzir a incidência de crimes na região.

“O primeiro passo será propor uma reunião entre autoridades e população para que possamos diagnosticar o problema. Depois, será necessário estruturar uma ação conjunta que envolva todas as forças de policiamento e segurança para, efetivamente, agir”, detalhou Gabriel.

Os GCMs Comandante José Carlos da Silva e Subcomandante Uelton Almeida, que acompanharam o vereador durante a visita ao bairro, comprometeram-se em aumentar as rondas de rotina na região, especialmente no entorno dos conjuntos habitacionais do Jardim Emília (CDHU). Eles também propuseram a instalação de câmeras de segurança em pontos estratégicos.

“Por meio de câmeras, podemos identificar a movimentação de veículos suspeitos a partir da Central Integrada de Monitoramento da GCM”, explicou o Comandante Silva. O Subcomandante Almeida destacou ainda que será possível aumentar a efetividade da ação contra o crime a partir do monitoramento.

Medo



Vereador conversou com munícipes que relataram aumento

na sensação de insegurança.

Foto: Imprensa/CMA

Um adolescente de 13 anos voltava da escola quando criminosos a bordo de um carro fizeram um “arrastão” na Rua Pedro Pereira da Silva. Ele correu e conseguiu escapar. O caso ocorreu há cerca de três semanas com o filho de uma auxiliar de produção que mora no conjunto habitacional do Jardim Emília – e pediu para não ser identificada. Segundo ela, a sensação de quem vive na região é de medo e impotência. “Os assaltos ocorrem a qualquer hora do dia, na ida ao trabalho, voltando da escola, comprando pão no mercado: ninguém está seguro”, disse.

Essa sensação de medo também foi confirmada pelo mecânico Antônio Rolim, de 54 anos, uma das lideranças locais. Ele defende que a comunidade se comunique mais com as autoridades, reportando todos os casos. “Temos que denunciar o crescimento na violência ou seguiremos sofrendo com isso”, disse.

Uma comerciante local, que também não quis se identificar, relatou ter sofrido dois assaltos a seu empreendimento nos últimos seis meses. “Convivemos com o medo, pois tem relatos de pessoas que são, inclusive, agredidas durante a ação criminosa”, disse.

Outro comerciante do Recanto Primavera disse que seu estabelecimento foi alvo de assaltantes no dia 8/10 e que, momentos depois, outro comércio na mesma rua foi alvo dos mesmos criminosos que sequer usavam máscaras. “Tenho a impressão de que eles já têm certeza da impunidade”, lamentou.

Gabriel anunciou aos moradores e comerciantes que tomará as medidas cabíveis para organizar um encontro com o prefeito e demais autoridades no bairro a fim de discutir o problema.

Câmara Municipal de Arujá

Assessoria de Comunicação

www.camaraaruja.sp.gov.br

imprensa.camaraaruja@gmail.com

(11) 4652-7015

Texto: Renan Xavier

Fotos: Imprensa/CMA

16/10/2018